



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 138

Feito : Processo Nº 755/91-TCE/AC
Relator : Conselheiro Marciliano Reis Fleming
Assunto : INSPEÇÃO DE ROTINA NA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIJÓ-ACRE.

Verificando-se irregularidades em Inspeção de Rotina, notifica-se a autoridade responsável, para saná-las, no prazo de lei, sobrestando-se o processo, na Corte, para apensação à Prestação de Contas pertinente.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 755/91, acima indicado, A C Ó R D ã O, à unanimidade, os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolhem o voto do Conselheiro Relator, parte discrepante da decisão, pela notificação do senhor Presidente da Câmara Municipal de Feijó, através de ofício, para, no prazo de trinta (30) dias, sanar ou justificar as irregularidades detectadas na inspeção em exame, sobrestando o processo na Secretaria das Sessões, para ser apensado à futura Prestação de Contas do corrente exercício.--

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Cló Branco, 19 de dezembro de 1991.

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. MARCILIANO REIS FLEMING
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



BRASIL, 12 de Outubro de 1991

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE	
Este	publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.421	
d. 12 / 02 / 91	
Assinado	
Secretaria do Plenário	

[Faint handwritten signatures and stamps]

[Faint handwritten notes at the bottom]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 755/91

RELATÓRIO:

O Senhor Conselheiro Marciliano Reis Fleming, Relato: "Por Ato da Presidência deste Tribunal, aprovado em Sessão Plenária do dia 12 de setembro do fluente exercício, foi determinada a inspeção de rotina na Câmara Municipal de Feijó. Para esse mister, foram designados os Técnicos Reinaldo Rocha de Oliveira e Francisco das Chagas Castor de Moura, que apresentaram o Relatório de fls. 09/11, em cuja conclusão recomendaram ao Ordenador de despesas daquela Casa Legislativa, medidas sancionadas, a fim de evitar futuros erros, "quando da elaboração das Prestações de Contas do corrente exercício."

O Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, ao manifestar-se à fl. 15, destacou as seguintes irregularidades, in verbis: "emissão de empenhos posteriores à realização da despesa, com histórico incompleto, classificações de elementos de despesa indevidamente, notas fiscais sem data, sem atesto de recebimento, pagamentos através de simples recibos, prestação de serviço por terceiros sem a existências de contrato, não há contrato ou registro dos bens móveis, imóveis ou equipamentos, nem controle de entrada e saída de material de consumo."

O Processo veio-me por distribuição, na forma regimental.

É o relatório."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

CONCLUSÃO E VOTO:

O Senhor Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING, Relator: "De acordo com o que foi visto no Relatório, vê-se que a inspeção procedida na Câmara Municipal de Feijó; a exemplo do que vem ocorrendo, quase não foge à praxe viciosa, já verificada na maioria dos processos de inspeções de outros Órgãos, julgados por esta Corte. No caso em exame, a contabilidade apresentou diversas irregularidades, algumas consideradas sanáveis, por exemplo: histórico incompleto nos empenhos; outras, que até podem ser admitidas como insanáveis, como: a falta de contrato, elemento principal da manifestação expressa do acordo, a emissão de empenhos posteriores às despesas realizadas etc.

Com efeito, compete ao Administrador Público, dentro da hierarquia mais elevada, fiscalizar os setores subordinados da administração, a fim de que sejam cumpridas e respeitadas as exigências de lei, principalmente no que diz respeito à despesa pública, que exige atos administrativos transparentes, id est, o reto emprego das verbas públicas, procedida do processo licitatório pertinente.

Assim, pois, na forma das falhas apontadas no devido Parecer do eminente Procurador-Chefe do Ministério Público Especial, em harmonia com o Relatório Técnico, entendo que, entre outros dispositivos normativos, deixaram de ser observados os previstos nos arts. 50 e Parágrafo Único c/c o 51, § 1º e 52, todos da Lei 2.300/86.

Ante o exposto, sou pelo sobrestamento do processo, na Secretaria da Corte, a fim de ser apensado à futura presta



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

ção de contas do corrente exercício, notificando-se S.Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Feijó, para correção dos erros detectados ou justificação de tal procedimento, no prazo de trinta (30) dias, após o recebimento da notificação, através de ofício, embasado de cópia integral da decisão, mediante registro postal com "Aviso de Recebimento" (AR)".

É assim que voto.

D E C I S Ã O:

Conforme consta na Papeleta de julgamento de fl. 21, a decisão é a seguinte:

"Decidiu-se nos termos do voto do Conselheiro Relator, notificar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Feijó, através de ofício, para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar ou justificar as irregularidades detectadas na inspeção em exame, sobrestado o feito na Secretaria das Sessões para futuro apensamento à prestação de contas do exercício. Unânime".

Presidiu a sessão o Conselheiro Presidente José Eugênio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do ilustre Relator, os Conselheiros Isnard Bastos Barbosa Leite, Vice-Presidente, Hélio Saraiva de Freitas e Valmir Gomes Ribeiro. Presente, Dr. Fernando de Oliveira Conde, Procurador - Chefe do Ministério Público Especial.

Ecilda Araújo de Freitas
Secretária do Plenário